



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

## COMISSÃO DE REDAÇÃO

### Redação Final ao Projeto de Lei nº 118/2013

Cria o Fundo Estadual de Segurança dos Magistrados - FUNSEG, com o objetivo de financiar a implantação e manutenção do Sistema de Segurança dos Magistrados.

**Art. 1º** Cria o Fundo Estadual de Segurança dos Magistrados - FUNSEG, com o objetivo de prover recursos financeiros para a implantação e manutenção do Sistema de Segurança dos Magistrados.

**Art. 2º** Para a implantação e manutenção do Sistema referido no art. 1º desta Lei, o Fundo Estadual de Segurança dos Magistrados - FUNSEG irá suprir o Poder Judiciário Estadual com os recursos financeiros necessários para fazer frente às seguintes despesas:

I – estruturação, aparelhamento, modernização e adequação tecnológica dos meios utilizados nas atividades de segurança dos magistrados;

II – construção, reforma, ampliação e aprimoramento das sedes da Justiça Estadual, visando proporcionar adequada segurança física e patrimonial aos magistrados;

III – manutenção dos serviços de segurança;

IV – formação, aperfeiçoamento e especialização do serviço de segurança dos magistrados;

V – aquisição de material permanente, equipamentos e veículos especiais imprescindíveis à segurança dos magistrados com competência criminal;

VI – participação de representantes oficiais em eventos científicos sobre segurança de autoridades, realizados no Brasil ou no exterior; e

VII – atividades relativas à sua própria gestão, excetuando-se despesas com os servidores já remunerados pelos cofres públicos.

**Art. 3º** Constituem receitas do Fundo Estadual de Segurança dos Magistrados - FUNSEG:

I – 0,2% (zero vírgula dois por cento) sobre a receita bruta dos Cartórios do Foro Extrajudicial.

II – as receitas oriundas de transferências orçamentárias autorizadas pelo Poder Judiciário, fundos especiais e outros órgãos públicos;

III – o saldo financeiro apurado no balanço anual do próprio Fundo;

IV – as receitas oriundas de convênios, acordos, termos de cooperação ou contratos firmados pelo Fundo com entidades de direito público;

V – as receitas oriundas de convênios, acordos, termos de cooperação ou contratos firmados pelo Fundo com instituições financeiras e entidades de direito privado;

VI – as subvenções, doações e contribuições de pessoas jurídicas de direito público ou privado, nacionais ou estrangeiras, na forma da legislação aplicável;

VII - o produto da remuneração das aplicações financeiras do Fundo;

VIII - outras receitas eventuais.

**Parágrafo único.** As receitas do Fundo Estadual de Segurança dos Magistrados – FUNSEG não integram o percentual fixado para o Poder Judiciário na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

**Art. 4º** O Fundo Estadual de Segurança dos Magistrados – FUNSEG será administrado por um Conselho Diretor, composto pelo Presidente do Tribunal de Justiça, que o presidirá, pelo Vice-Presidente, pelo Corregedor- Geral da Justiça e por mais cinco membros, os quais serão nomeados pelo Presidente do Tribunal de Justiça, ouvido o Órgão Especial.

**Parágrafo único.** Os integrantes do Conselho Diretor do Fundo Estadual de Segurança dos Magistrados – FUNSEG não perceberão retribuição pecuniária pelo exercício de suas atividades.

**Art. 5º** Os recursos financeiros do Fundo Estadual de Segurança dos Magistrados – FUNSEG serão depositados em instituição financeira oficial.

**Art. 6º** Os bens adquiridos com recursos do Fundo Estadual de Segurança dos Magistrados – FUNSEG serão incorporados ao patrimônio do Poder Judiciário.

**Art. 7º** Aplica-se à administração financeira do Fundo Estadual de Segurança dos Magistrados – FUNSEG, no que couber, o disposto na Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, no Código de Contabilidade, na Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, e na legislação pertinente a contratos e licitações, bem como as normas e instruções baixadas pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

**Art. 8º** O Fundo Estadual de Segurança dos Magistrados – FUNSEG será dotado de personalidade jurídico-contábil, com escrituração contábil própria, sendo o Presidente do Tribunal de Justiça e Presidente do Conselho Diretor o ordenador das despesas e seu representante legal.

**Art. 9º** O Fundo Estadual de Segurança dos Magistrados – FUNSEG prestará contas da arrecadação e aplicação de seus recursos, nos prazos e na forma da legislação vigente.

**Art. 10.** Esta Lei será regulamentada por Decreto Judiciário, dispondo sobre os procedimentos relacionados à arrecadação e fiscalização das receitas e sobre as normas para a execução das despesas do Fundo Estadual de Segurança dos Magistrados – FUNSEG.

**Art. 11.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

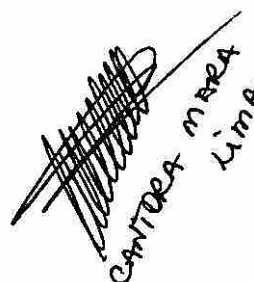
Sala das Comissões, 18 de dezembro de 2013.

  
**ALEXANDRE CURI**  
Presidente

  
Relator

Peq. Lemos

  
JONAS  
GUIMARÃES

  
CANTORA MBEA  
LIMA





ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

## COMISSÃO DE REDAÇÃO

### Redação Final ao Projeto de Lei nº 764/2013

Cria seis cargos de Juiz de Direito Substituto da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba e seis cargos de Assistente II de Juiz de Direito, de provimento em comissão, simbologia 1-C, na estrutura do Quadro de Servidores do Poder Judiciário.

**Art. 1º** Cria seis cargos de Juiz de Direito Substituto da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, entrância final, alterando a Lei nº 14.277, de 30 de dezembro de 2003.

**Art. 2º** Cria seis cargos de Assistente II de Juiz de Direito, de provimento em comissão, simbologia 1-C, na estrutura do Quadro de Servidores do Poder Judiciário, destinados ao assessoramento dos Juízes de Direito Substitutos da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba ora criados, nos termos da Lei nº 16.957 de 5 de dezembro de 2011, passando a integrar o Anexo III, Tabela 2, da Lei nº 11.719, de 12 de maio de 1997, consolidado no Anexo II da Lei 14.807, de 20 de julho de 2005.

**Parágrafo único.** Os cargos criados na forma do *caput* são privativos de Bacharel em Direito.

**Art. 3º** Ficam alterados os Anexos V e IX, Tabela 1, da Lei referida no art.1º desta Lei.

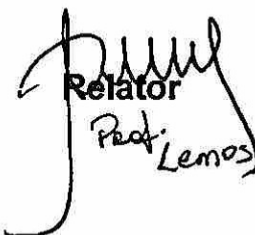
**Art. 4º** As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias do Poder Judiciário.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 18 de dezembro de 2013.



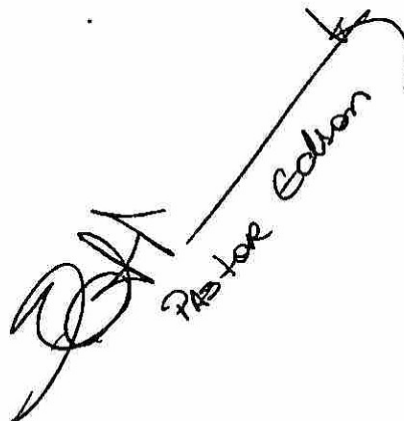
ALEXANDRE CURI  
Presidente



Relator  
Prof. Lemos



JONAS  
GUIMARÃES



Relator Edson



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

**COMISSÃO DE REDAÇÃO**

**Redação Final ao Projeto de Lei nº 769/2013**

Autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação do imóvel que especifica ao Município de Castro.

**Art. 1º** Fica o Poder Executivo autorizado a efetuar a doação, ao Município de Castro, do imóvel registrado sob Transcrição das Transmissões nº 1.781 do Registro de Imóveis da Comarca de Castro, constituído por área com 152.676,00 m², contendo edificação.

**Art. 2º** O imóvel em questão, que fica gravado com a cláusula de inalienabilidade, será destinado exclusivamente para órgãos e serviços da administração municipal, retornando ao patrimônio do Estado caso se comprove o desvirtuamento das finalidades ora estabelecidas.

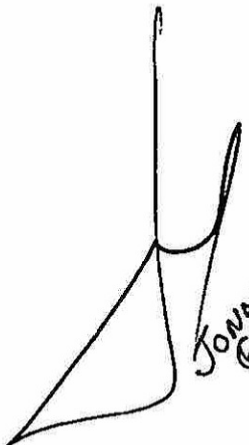
**Art. 3º** O Município terá o prazo máximo de um ano para efetuar a devida regularização cartorial da titularidade do imóvel doado, caso contrário o mesmo retornará ao patrimônio do Estado.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

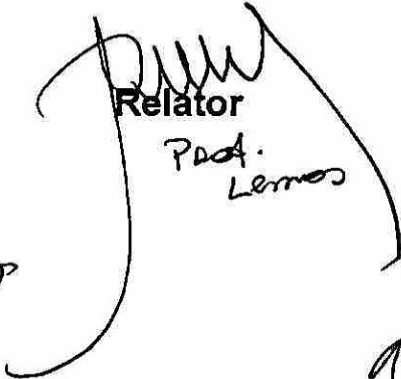
Sala das Comissões, 18 de dezembro de 2013.



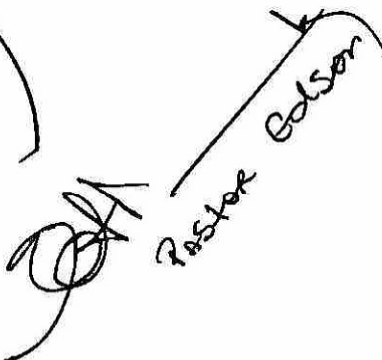
ALEXANDRE CURI  
Presidente



Jones  
Guimarães



Relator  
Pad.  
Lemos



Pastor  
Golson



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

## COMISSÃO DE REDAÇÃO

### Redação Final ao Projeto de Lei nº 770/2013

Altera o art. 2º da Lei nº 12.217, de 15 de julho de 1998, que autorizou o Executivo a efetuar a cessão de uso do imóvel que especifica à Associação Beneficente Renascer.


**Art. 1º** O art. 2º da Lei nº 12.217, de 15 de julho de 1998, passa a vigorar com a seguinte redação:

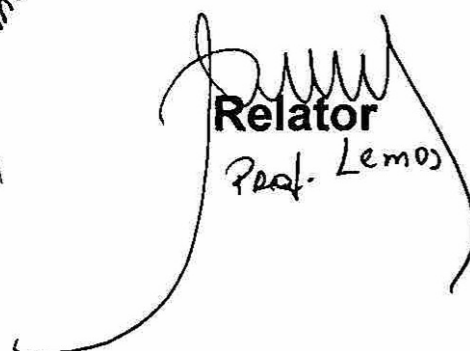
“Art. 2º Fica o Poder Executivo autorizado a ceder, em caráter de utilização gratuita, à Associação Beneficente Renascer - ASCER, imóvel de propriedade do Estado do Paraná, com área de 3.804,77,00 m², parte remanescente da área descrita na Transcrição das Transmissões nº 16.111, do Registro de Imóveis da 3º Circunscrição da Comarca de Curitiba, com os seguintes limites e confrontações: 51,84 m de frente para a Rua Imaculada Conceição; 80,14 m pela lateral direita de quem olha da mencionada rua o lote, confrontando com área remanescente do Estado; 65,48 m pela lateral esquerda segundo a mesma orientação, confrontando com a Rua Guabirotuba; e 49,69 m na linha do fundo, confrontando com área remanescente do Estado.”

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 18 de dezembro de 2013.

  
**ALEXANDRE CURI**  
Presidente

  
Jonas  
Guimarães

  
**Relator**  
Prof. Lemos

  
Cantora Mara  
Lima



PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR

23/13

Altera dispositivos da Lei Complementar nº 113, de 15 de dezembro de 2005, que dispõe sobre a Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

Art. 1º. O art. 87 e seus incisos I, II, III, IV e V, da Lei Complementar Estadual nº 113, de 15 de dezembro de 2005, passam a vigorar com a seguinte redação:

“...

Art. 87 - As multas administrativas serão devidas independentemente de apuração de dano ao erário e de sanções institucionais, em razão da presunção de lesividade à ordem legal, aplicadas em razão dos seguintes fatos:

I – No valor de 10 (dez) vezes a Unidade Padrão Fiscal do Estado do Paraná – UPFPR:

...

II – No valor de 20 (vinte) vezes a Unidade Padrão Fiscal do Estado do Paraná – UPFPR:

...

III – No valor de 30 (trinta) vezes a Unidade Padrão Fiscal do Estado do Paraná – UPFPR:

...

IV – No valor de 40 (quarenta) vezes a Unidade Padrão Fiscal do Estado do Paraná – UPFPR:

...

V – No valor de 50 (cinquenta) vezes a Unidade Padrão Fiscal do Estado do Paraná – UPFPR:

...”

Art. 2º. O §5º do art. 87 da Lei Complementar nº 113, de 15 de dezembro de 2005, passa a vigorar com a seguinte redação:

“...

f





**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ**  
GABINETE DA PRESIDÊNCIA



§5º. Os valores das multas estabelecidos no presente artigo serão fixados em Unidade Padrão Fiscal do Paraná – UPFPR ou outro indicador fiscal que venha substituí-lo.

...”

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

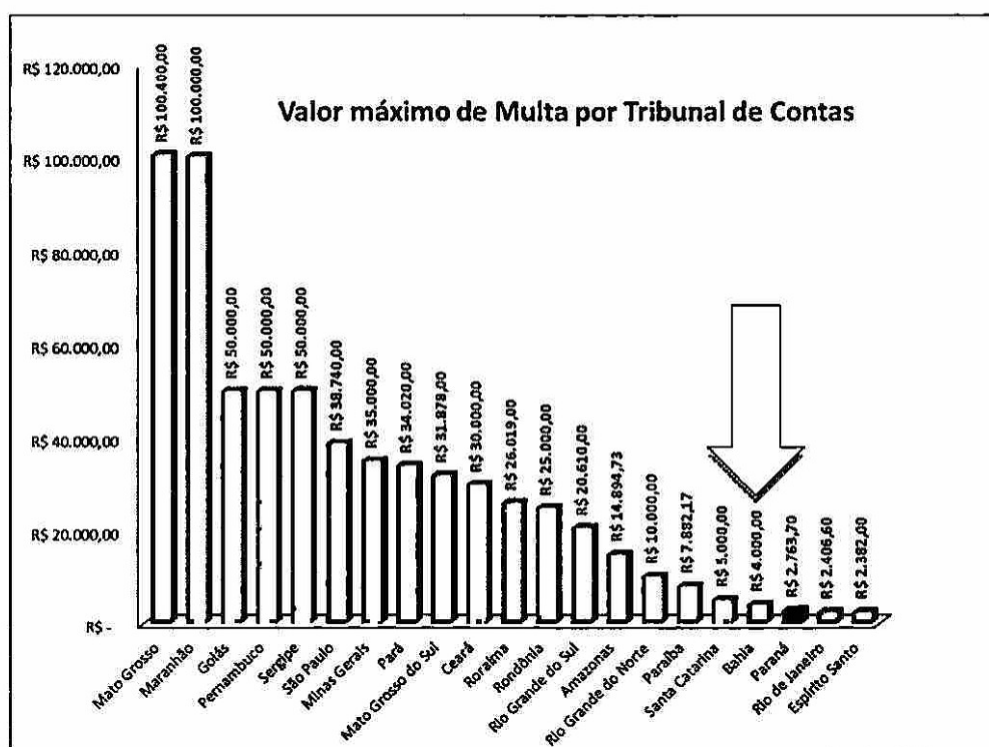
7



## EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Considerando a necessidade de adequação dos valores de multas aplicadas pelo Tribunal de Contas do Paraná (TCE-PR), aos valores de multas aplicadas pelos 21 (vinte e um) Tribunais de Contas pesquisados, visto que o TCE-PR, no contexto nacional, encontra-se em 19ª posição, no quesito **valor de multas**:

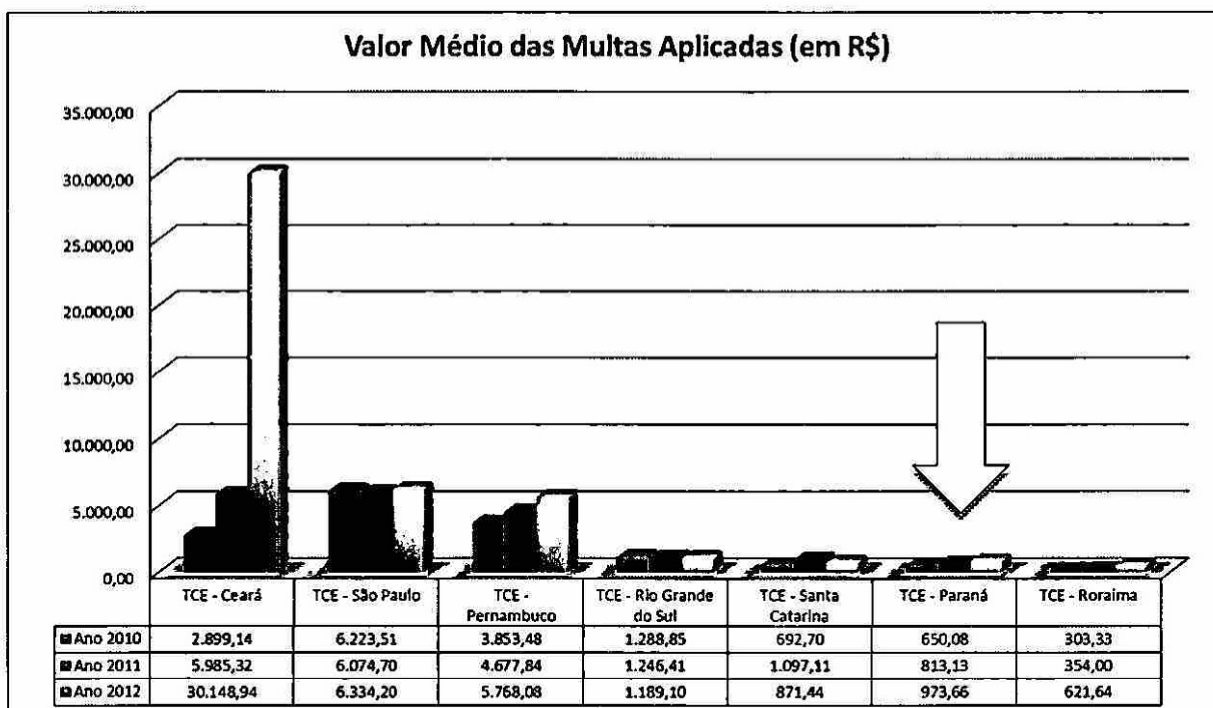
Posição	Tribunal de Contas do Estado	Valor máximo da Multa	Observação
1ª	Mato Grosso	R\$ 100.400,00	Valor atualizado pela Unidade Fiscal Padrão do Estado
2ª	Maranhão	R\$ 100.000,00	Valor Fixado por Lei
3ª	Goiás	R\$ 50.000,00	Valor Fixado por Lei
4ª	Pernambuco	R\$ 50.000,00	Valor Fixado por Lei
5ª	Sergipe	R\$ 50.000,00	Valor Fixado por Lei
6ª	São Paulo	R\$ 38.740,00	Valor atualizado pela Unidade Fiscal Padrão do Estado
7ª	Minas Gerais	R\$ 35.000,00	Valor Fixado por Lei
8ª	Pará	R\$ 34.020,00	Valor atualizado pela Unidade Fiscal Padrão do Estado
9ª	Mato Grosso do Sul	R\$ 31.878,00	Valor atualizado pela Unidade Fiscal Padrão do Estado
10ª	Ceará	R\$ 30.000,00	Valor Fixado por Lei
11ª	Roraima	R\$ 26.019,00	Valor atualizado pela Unidade Fiscal Padrão do Estado
12ª	Rondônia	R\$ 25.000,00	Valor Fixado por Lei
13ª	Rio Grande do Sul	R\$ 20.610,00	Valor atualizado pela Unidade Fiscal Padrão do Estado
14ª	Amazonas	R\$ 14.894,73	Valor Fixado por Lei
15ª	Rio Grande do Norte	R\$ 10.000,00	Valor Fixado por Lei
16ª	Paraíba	R\$ 7.882,17	Valor Fixado por Lei
17ª	Santa Catarina	R\$ 5.000,00	Valor Fixado por Lei
18ª	Bahia	R\$ 4.000,00	Valor atualizado pela Unidade Fiscal Padrão do Estado
19ª	Paraná	R\$ 2.763,70	Valor Fixado por Lei
20ª	Rio de Janeiro	R\$ 2.406,60	Valor atualizado pela Unidade Fiscal Padrão do Estado
21ª	Espírito Santo	R\$ 2.382,00	Valor atualizado pela Unidade Fiscal Padrão do Estado





**Considerando** a necessidade da atualização da Lei Orgânica do Tribunal de Contas para fins de fixar as multas com base na Unidade Padrão Fiscal do Paraná – UPFPR, criada pela Lei nº 7.257, de 30/11/79, atualmente no valor de R\$ 71,72 (setenta e um reais e setenta e dois centavos), a exemplo do praticado por mais 11 Tribunais de Contas da Federação;

**Considerando** que o valor médio das multas aplicadas pelo TCE-PR encontra-se na penúltima colocação dentre os Tribunais de Contas da Federação:



**Considerando** que dentre os Tribunais de Contas da região Sul, o TCE-PR possui o menor valor médio de aplicação de multas;

**Considerando** que a Lei 17.082, de 09 de Fevereiro de 2012, Publicada no Diário Oficial nº. 8649, normatizou que não estão sujeitos à inscrição em Dívida Ativa pela Secretaria de Estado da Fazenda, os débitos cujos valores atualizados sejam iguais ou inferiores a 10 UPFPR;

**Considerando** que as multas aplicadas com base no art. 87, incisos I, II e III, da Lei Complementar nº 113/05, combinada com a Portaria nº 166/13 – TCE-PR (R\$ 138,23; R\$ 276,45 e R\$ 691,13, respectivamente), vêm apresentando baixíssimo

*[Assinatura]*



**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ**  
**GABINETE DA PRESIDÊNCIA**



índice de recolhimento devido a não inscrição em Dívida Ativa, pois são inferiores a R\$ 717,72 (setecentos e dezessete reais e setenta e dois centavos), ou seja, 10 UPFPR (Unidade Padrão Fiscal do Estado do Paraná);

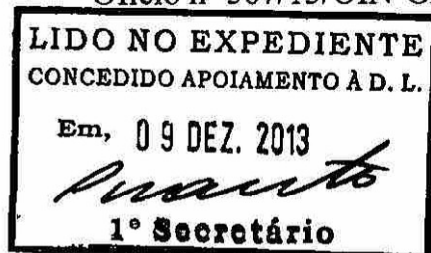
E finalmente, **considerando** a posição altaneira do Tribunal de Contas do Estado do Paraná no conjunto dos Tribunais de Contas e sua importância para manter-se na referência da fiscalização ao erário, propomos a presente alteração legislativa, ora submetida a essa Casa de Leis.



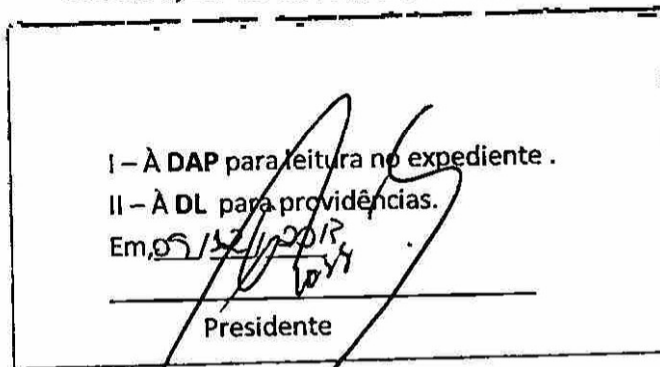
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ  
GABINETE DA PRESIDÊNCIA



Ofício nº 567/13/OIN-GP



Curitiba, 25 de novembro de 2013.



Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para a superior deliberação dessa Casa de Leis, anteprojeto de alteração da Lei Complementar nº 113, de 15 de dezembro de 2005, no que diz respeito aos valores e índices de correção de multas aplicadas pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

Certo do acolhimento da proposição, que se reveste de transcendental importância para esta Corte, aproveito a oportunidade para reiterar a Vossa Excelência a segurança do meu profundo respeito.

ARTAGÃO DE MATTOS LEÃO  
Presidente

A Sua Excelência o Senhor  
Deputado VALDIR ROSSONI  
Presidente da Assembleia Legislativa do Paraná  
Palácio 19 de Dezembro – Centro Cívico  
Nesta Capital

**Lei Complementar 113 - 15 de Dezembro de 2005**

Publicado no Diário Oficial nº. 7123 de 15 de Dezembro de 2005

**Súmula:** Dispõe sobre a "Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado do Paraná".

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei:

**TÍTULO I**  
**NATUREZA, COMPETÊNCIA E JURISDIÇÃO**  
**CAPÍTULO I**  
**Natureza e Competência**

**Art. 1º.** Ao Tribunal de Contas do Estado, órgão constitucional de controle externo, com sede na Capital do Estado, compete, nos termos da Constituição Estadual e na forma estabelecida nesta lei:

**I** - apreciar as contas prestadas anualmente pelo Governador do Estado e pelos Prefeitos Municipais, mediante parecer prévio, que deverá ser elaborado nos prazos gerais previstos na Constituição Estadual, na Lei de Responsabilidade Fiscal, e nos prazos específicos previstos nesta lei;

**II** - julgar as contas dos chefes dos órgãos do Poder Legislativo estadual e municipal, do Poder Judiciário, do Ministério Público e deste Tribunal;

**III** - julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiro, bens e valores públicos da administração direta e indireta, incluídas as fundações e sociedades instituídas e mantidas pelo Poder Público, no âmbito estadual e municipal, e as contas daqueles que derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte prejuízo ao erário;

**IV** - apreciar, para fins de registro, a legalidade dos atos de admissão de pessoal, a qualquer título, na administração direta ou indireta, incluídas as fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, no âmbito estadual e municipal, excetuadas as nomeações para cargo de provimento em comissão, bem como a legalidade das concessões de aposentadorias, reformas e pensões, ressalvadas as melhorias posteriores que não alterem o fundamento legal do ato concessório;

**V** - ...Vetado...

**VI** - fiscalizar a aplicação de quaisquer recursos repassados pelo Estado e Municípios mediante convênio, acordo, ajuste ou outros instrumentos congêneres, inclusive os repasses para entidades privadas de caráter assistencial, que exerçam atividades de relevante interesse público, sem fins lucrativos, assim declaradas em lei, ou que se vinculem ao Estado ou ao Município no regime de colaboração, incluídas as que formalizarem acordos de Parceria Pública Privada, Organizações Sociais, Serviços Sociais Autônomos e Organizações Cíveis de Interesse Público, por contratos de gestão, termos de parceria ou instrumentos congêneres;

**VII** - homologar os cálculos das quotas do ICMS devidas aos Municípios, dando ciência à Assembléia Legislativa;

**VIII** - prestar, por intermédio do Presidente do Tribunal, as informações solicitadas pela Assembléia Legislativa e suas respectivas comissões e demais Poderes do Estado, inclusive pelo Procurador Geral de Justiça, na forma de suas leis orgânicas e regimentos, sobre matérias sujeitas ao seu exame e o resultado das auditorias e inspeções que realizar;

**CAPÍTULO IV**  
**Das Sanções e Responsabilidades**  
**Seção I**  
**Das Sanções**

**Art. 85.** O Tribunal de Contas, em todo e qualquer processo administrativo de sua competência em que constatar irregularidades poderá, observado o devido processo legal, aplicar as seguintes sanções e medidas:

**I** - multa administrativa;

**II** - multa por infração fiscal;

**III** - multa proporcional ao dano e sem prejuízo do ressarcimento;

**IV** - restituição de valores;

**V** - impedimento para obtenção de certidão liberatória;

**VI** - inabilitação para o exercício de cargo em comissão;

**VII** - proibição de contratação com o Poder Público estadual ou municipal;

**VIII** - a sustação de ato impugnado, se não sanada a irregularidade no prazo de 30 (trinta) dias.

**Parágrafo único.** Será comunicada à Assembléia Legislativa ou à Câmara Municipal, conforme o caso, a decisão que determinar a sustação de ato, e à Secretaria de Estado da Administração e Previdência a decisão que declarar a inabilitação para o exercício de cargo em comissão e proibição de contratar com o Poder Público Estadual e à secretaria municipal correspondente no âmbito do município interessado.

**Art. 86.** Ficam sujeitos às sanções previstas nesta lei os jurisdicionados definidos no Capítulo II, do Título I, sem prejuízo de outras pessoas jurídicas ou físicas, sujeitas à jurisdição do Tribunal de Contas, por disposição legal.

**Parágrafo único.** A multa será aplicada à pessoa física que der causa ao ato tido por irregular, e de forma individual a cada agente que tiver concorrido para o fato, devendo o Acórdão definir as responsabilidades individuais.

**Art. 87.** As multas administrativas serão devidas independentemente de apuração de dano ao erário e de sanções institucionais, em razão da presunção de lesividade à ordem legal, fixadas em valor certo, em razão dos seguintes fatos:

**I** - No valor de R\$ 100,00 (cem reais):

a) prestar com atraso de até 100 (cem) dias as contas de convênios, auxílios e subvenções, considerado o prazo fixado em lei ou ato normativo do Tribunal de Contas;

b) deixar de encaminhar, no prazo fixado, os documentos ou informações solicitadas pelas unidades técnicas ou deliberativas do Tribunal de Contas, salvo quando houver justificado motivo.

**II** - No valor de R\$ 200,00 (duzentos reais):

a) deixar de encaminhar para registro expediente de admissão de pessoal, aposentadoria, reservas e pensões, nos prazos previstos em lei ou ato normativo do Tribunal de Contas, recaiando esta na pessoa do agente público responsável ou diretor de instituto previdenciário, quando for o caso;



b) prestar com atraso de 101 (cento e um) dias a 180 (cento e oitenta) dias as contas de convênios, auxílios e subvenções, considerado o prazo fixado em lei ou ato normativo do Tribunal de Contas;

c) prover cargo em comissão para funções que não sejam de direção, chefia ou assessoramento, a ser aplicada por cargo provido.

III - No valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais):

a) deixar de prestar contas anuais no prazo fixado em lei;

b) deixar de apresentar, no prazo fixado em ato normativo do Tribunal de Contas, as informações a serem disponibilizadas em meio eletrônico, em seus diversos módulos;

c) prestar com atraso de 181 (cento e oitenta e um) dias a 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias as contas de convênios, auxílios e subvenções, considerado o prazo fixado em lei ou ato normativo do Tribunal de Contas;

d) deixar de observar, no processo licitatório, formalidade determinada em lei, incluindo-se a não exigência de certidões negativas e de regularidade fiscal, podendo ser aplicada ao presidente da comissão de licitação, ao emitente do parecer técnico ou jurídico e ao gestor;

e) retardar, além do prazo fixado, sem motivo justificado, a devolução de autos com pedido de carga processual ou encaminhados por força de diligência;

f) descumprir determinação dos órgãos deliberativos do Tribunal de Contas;

g) sonegar processo, documento ou informação em inspeções *in loco* ou auditorias realizadas pelo Tribunal de Contas.

IV - No valor de R\$ 1.000,00 (mil reais):

a) prestar com atraso superior a 1 (um) ano as contas de convênios, auxílios e subvenções, considerado o prazo fixado em ato normativo do Tribunal de Contas;

b) realizar concurso nos termos da Lei nº. 8.666/93, bem como, admissão de pessoal, sem a observância das normas legais aplicáveis;

c) fazer nomeação ou contratação, em virtude de concurso público, sem a observância da ordem de classificação;

d) contratar ou adquirir bens, serviços e obras de engenharia, sem a observância do adequado processo licitatório, quando exigível este, ou sem os devidos processos administrativos justificando a dispensa ou inexigibilidade, excetuando-se as compras de pequeno valor, realizadas mediante pronto pagamento;

e) não repassar, no prazo e na forma avençada, recurso que esteja obrigado a repassar em virtude de lei ou de convênio celebrado;

f) obstruir o livre exercício de inspeções e auditorias determinadas pelo Tribunal;

g) praticar ato administrativo, não tipificado em outro dispositivo deste artigo, do qual resulte contrariedade ou ofensa à norma legal, independentemente da caracterização de dano ao erário.

V - No valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais):

a) nomear ou contratar, ainda que sob a aparência de concurso público ou contratação temporária, exceto para cargos em comissão, sem a realização de prova ou teste seletivo;

b) não realizar o objeto de convênio, auxílio ou subvenção, no prazo e na forma fixados no instrumento próprio, salvo se demonstrado não ter concorrido o agente para a inexecução do pacto;

c) realizar obra de construção civil sem a observância das normas técnicas e legislação específica, de âmbito profissional, fiscal, previdenciária e trabalhista.

§ 1º. As sanções e multas referidas no inciso II, alínea "a", inciso IV, alínea "c", e inciso V, alínea "a", serão aplicadas em cada ato de pessoal não encaminhado ou cargo em comissão provido irregularmente.

§ 2º. Nas infrações administrativas enumeradas neste artigo, a cada fato corresponderá uma sanção, podendo incidir o agente em mais de uma, no mesmo processo.

§ 3º. A reincidência somente será apurada em infração de mesma natureza, nos termos do art. 64, I, do Código Penal, e será aplicada a multa em dobro quando o fato for superveniente à aplicação de multa anterior.

§ 4º. A irregularidade das contas nos termos do inciso III do art. 16 da qual não resulte em imputação de débito ou reparação de dano, implicará na aplicação da multa prevista no inciso III.

§ 5º. Os valores das multas estabelecidos no presente artigo serão revistos anualmente por ato administrativo do Tribunal, com base na variação acumulada no período, na forma e pelo índice utilizado para atualização dos créditos tributários estaduais.

§ 6º. Não cumpridas as determinações contidas na decisão que impôs débito ou multa, quando houver, deverá o Tribunal de Contas, mesmo no caso de recolhimento dos valores, renovar sua imposição como reincidência, até a efetiva regularização.



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



PARECER AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 23 /13

Projeto de Lei nº. 23 /13

Autor: Tribunal de Contas do Estado do Paraná

Súmula: Altera dispositivos da Lei Complementar nº 113, de 15 de dezembro de 2005, que dispõe sobre a Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

EMENTA: ALTERAÇÃO LEGISLATIVA. LEI COMPLEMENTAR 113/2005. ATUALIZAÇÃO DE VALORES. MULTAS ADMINISTRATIVAS. PROJETO DE INICIATIVA PRIVATIVA DO TRIBUNAL DE CONTAS. POSSIBILIDADE. POSSIBILIDADE. LEGITIMIDADE AFERIDA. ARTIGO 77 DA CE. ART. 2º LC 113/05. LC 101/00. LC 95/98. LEGAL. CONSTITUCIONAL. PARECER PELA APROVAÇÃO.

PREÂMBULO

O presente Projeto de Lei, de autoria do Tribunal de Contas objetiva à alteração da Lei Complementar n.º. 113/2005 – Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, visando incluir atualizar os valores referentes às multas administrativas aplicadas pelo órgão fiscalizador e, assim, corrigir uma defasagem de arrecadação em relação a outras Cortes de Contas da Federação.

VISTA EM 09 / 12 / 13

Dep. Tadeu Jenezi

CCJ



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



Tendo em vista a possibilidade, legitimidade, legalidade para apresentar o projeto em comento e a constitucionalidade deste, o parecer ora apresentado é pela aprovação na forma que se sustenta a seguir.

**FUNDAMENTAÇÃO**

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33 - A, I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

**Art. 33- A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:**

I - emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Sobre a competência do Tribunal de Contas, temos o que segue, conforme **CONSTITUIÇÃO ESTADUAL DO PARANÁ**, senão vejamos:

**Art. 77.** O Tribunal de Contas, integrado por sete conselheiros, tem sede na Capital do Estado, quadro próprio de pessoal e jurisdição em todo o território estadual, exercendo, no que couber, as atribuições previstas no art. 101 desta Constituição.  
(vide ADIN 2309-8) (vide ADIN 1190-1)

O tribunal possui seu Regimento Interno, que normatiza as questões internas, que segue:



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



Art. 1º O Tribunal de Contas do Estado, órgão constitucional de controle externo, integrado por 7 (sete) Conselheiros e com sede na Capital do Estado e jurisdição em todo o território do Estado do Paraná, tem sua competência definida nas Constituições Federal e Estadual e em sua Lei Complementar n.º 113, de 15 de dezembro de 2005.

Para gerir a sua administração interna, o Tribunal de Contas do Paraná possui sua Lei Orgânica própria, a qual foi criada pela Lei Complementar 113 de 15 de Dezembro de 2005.

Ora, o artigo 2º determina expressamente a autonomia funcional, administrativa e financeira do Tribunal de Contas, conforme segue:

Art. 2º Ao Tribunal de Contas é assegurada autonomia funcional, administrativa e financeira, competindo-lhe, especialmente:

(...)

XII - exercer outras funções e atribuições inerentes à sua autonomia e finalidades. (Grifos Nossos)

Vislumbra-se, portanto, que o Tribunal de Contas detém a competência necessária para propor o presente Projeto de Lei.

Ainda, o referido projeto não apresenta despesa, portanto, desnecessária menção de contrariedade a Lei Complementar Federal nº. 101/00.

Por fim, em relação à técnica legislativa, não existe óbice para o prosseguimento, uma vez que encontra-se em conformidade com Lei Complementar 95/98




*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**CONCLUSÃO**

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei Complementar, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE** e **LEGALIDADE**, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 10 de Dezembro de 2013.

  
DEPUTADO NELSON JUSTUS  
PRESIDENTE

  
DEPUTADO ALEXANDRE CURI  
RELATOR

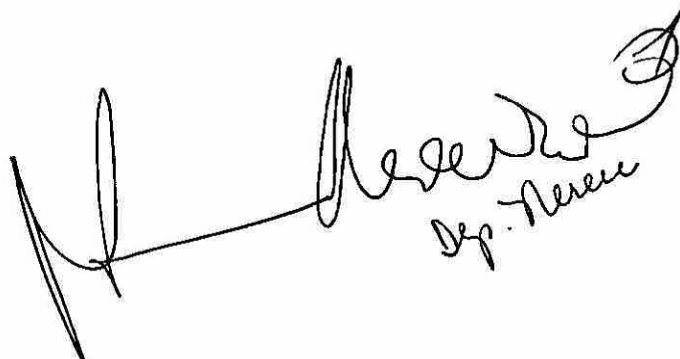
  
Dep. Scarpone

  
Dep. Pauli

  
Dep. Tullini

  
Dep. Scarpone

  
Dep. Luciano

  
Dep. Nereu

**APROVADO**  
**11.12.13**

  
Dep. Tadeu





**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
**3ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura**  
**Comissão de Finanças**

**PARECER AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 23/13**

**RELATÓRIO**

O Plano de Lei em análise é oriundo do Tribunal de Contas – Ofício nº 567/2013/OIN-GP, que altera dispositivos da Lei Complementar nº 113, de 15 de dezembro de 2005, que dispõe sobre a Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

Preliminarmente observamos que a matéria foi encaminhada a douta Comissão de Constituição e Justiça que por meio do Relator, Senhor Deputado Alexandre Curi exarou o devido parecer favorável.

**FUNDAMENTAÇÃO**

A Diretoria Legislativa enviou o Projeto de Lei em questão a esta Comissão Permanente de Finanças, para análise, o que passará a fazer.

Procedida à análise da Proposição, sob a análise desta Comissão de Finanças, cumprindo as obrigações determinadas pelo §1º, do artigo 29, § 2º do artigo 30 e artigo 33-B, todos do Egrégio Regimento Interno desta Assembleia Parlamentar, temos que a medida proposta pelo Tribunal de Contas diz respeito aos valores e índices de correção de multas aplicadas pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

Vale ressaltar que a Constituição Estadual, em seu art. 77, assegura ao Presidente do Tribunal de Contas a iniciativa de leis como a presente.

O autor esclarece que, o objetivo da proposta é adequar os valores de multas aplicadas pelo Tribunal de Contas do Estado, aos valores de multas aplicadas pelos 21 (vinte e um) Tribunais de Contas pesquisados, uma vez que o TCE-PR, em termos nacionais, encontra-se em 19º posição, no quesito valor de multas.





ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
3ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura  
Comissão de Finanças

Insta ressaltar que a matéria proposta, não fere a Lei Complementar Federal nº 101/00, (Lei de Responsabilidade Fiscal),

**CONCLUSÃO**

Isto posto, opina-se pela Aprovação do Projeto em tela, manifestando assim, o devido parecer FAVORÁVEL.

É o parecer.

Sala das Comissões, 18/12/13

  
**DEPUTADO JONAS GUIMARÃES**  
**PRESIDENTE**

**DEPUTADO**

**RELATOR**

  
ELCIO RUSCH

  
Dep. Enio

  
Dep. Waldyr

  
Dep. Edson